

RESENHA

Luiz Carlos de Freitas
A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO:
Nova direita, velhas ideias

Marcus Vinicius Siqueira Dutra*

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2022.v4i1n8.668-673>

- FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
-

Educação não é mercadoria

O momento é de discussão da Reforma Educacional brasileira, e a leitura deste livro se torna extremamente oportuna para subsidiar os que procuram enveredar por este debate.

Introdução

O texto elucidava como o neoliberalismo vem se entranhando na economia brasileira, com destaque evidente para o setor da Educação, ao final da década de 1990, sobretudo a partir da coalizão de centro-direita PSDB-PFL¹, que governou o país por oito anos, e que impôs todo um projeto educacional firmado a partir das ideias do livre mercado. O processo foi influenciado pela lei americana *No Child Left Behind* (NCLB), dando sustentação a era do *accountability* (responsabilização), e, que, apesar de não ter sido interrompido nos governos do PT, diminuiu bastante o seu ritmo. Esse projeto de reforma foi plenamente retomado, e aprofundado, a partir de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

¹ Posteriormente a sigla mudou para DEM, e hoje, com a fusão com o PSL se denomina União Brasil, partido, atualmente com maior bancada na Câmara Federal.

Para Freitas (2018, pp. 9-12), o Brasil cumpre e cumprirá seu papel na padronização da educação em escala mundial, através das bases nacionais comuns curriculares, além de testes em larga escala e responsabilização.

No Capítulo **Origens e fundamentos da reforma: breve contextualização**, o autor (FREITAS, 2018, pp. 13-30) nos fala do ataque global às políticas do bem-estar social, sobretudo a partir dos governos de Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margareth Thatcher, na Inglaterra, talvez os maiores representantes das políticas neoliberais no mundo, além da retomada da política dos *vouchers*, na educação americana, ideia já implementada na década de 1950. Chama a nova direita, do Brasil e do mundo, de autoritária, e que essa é desprovida de ética: “os fins justificam os meios”, tudo em nome do livre mercado. Essa nova prática política, não se culpa por golpes de Estado e Institucionais, destacando a judicialização da vida social. Esta ‘nova direita’ levanta a bandeira da “Escola sem Partido”, da reforma da educação com autoria e financiamento empresarial, ações que, segundo autor, flertam com o fascismo e o darwinismo social. Cita as instituições internacionais como a OCDE, como alinhadoras das reformas educacionais pelo mundo.

No Capítulo **Os novos reformadores**, Freitas (2018, pp. 31-48) mostra que o discurso dos reformadores passa pela ideia de que a eficiência do sistema educacional só será atingida quando o controle do sistema educacional estiver livre do aparato do Estado. O discurso incorpora o pensamento de que a Escola que não atender ao mercado irá à falência. O exemplo americano de privatização a partir da reforma educacional volta a ser o centro do debate, com destaque para os *vouchers* e a terceirização do serviço escolar. As grandes corporações internacionais são novamente mencionadas como as grandes interessadas na “reforma”: BIRD, OCDE e Banco Mundial. E mais, que vários interesses ideológicos e partidários acabam agindo em prol da educação neoliberal, mesmo com discursos aparentemente diferentes. O termo “darwinismo social” vai se tornando recorrente no texto, para explicar o quanto a “reforma” é segregacionista. Defensores norte-americanos da “reforma”, como o secretário do Departamento de Educação de G. W. Bush, Rod Paige, chega a usar a “eficiência do fordismo” para justificar as mudanças no setor educacional. Isso reflete no Brasil, sobretudo a partir do que o autor chama de “golpe jurídico-midiático-parlamentar” (2016), mas ele não isenta os governos do PT de “compactuar” com essas mudanças.

No capítulo “**Privatização ou publicização? existe ‘meia’ privatização?**”, Freitas (2018, pp. 49-57) nos dá uma resposta taxativa, NÃO, não existe meia privatização. Que os discursos de Bresser Pereira e Anthony Giddens, entre outros, em defesa da

social-democracia, ou da terceira via, respectivamente, são mais amenos, mas privatizantes de qualquer modo. Reforça que a escola *charter*, sem fins lucrativos é apenas uma fachada. O autor volta aos *vouchers*, e corrobora com a ideia de que eles são segregacionistas e que demonstram como o Estado quer privatizar o ensino. Que a privatização por si só não é o objetivo final, mas esta deve desenvolver, na visão de quem privatiza, a hegemonia dos ideais neoliberais dentro das escolas, exemplificado pelo movimento “escola sem partido”.

Evidência empírica, ética e privatização: neste capítulo, Freitas (2018, pp. 59-75) trata de forma irônica o fetiche dos reformadores pelos testes em larga escala. Questiona a eficiência e a aplicabilidade dos seus resultados, assim como a política do *accountability*, usando sobretudo, dados estadunidenses, com destaque para o Estado da Louisiana e para a cidade de Nova Orleans. Esse destaque está relacionado às dificuldades enfrentadas naquela região em função das consequências da ação do furacão Katrina, em 2005. Retoma o tema da segregação a partir da privatização, usando Nova Orleans como exemplo, e insinua fraudes dos resultados dos testes de larga escala. Informa que o maior experimento social com os *vouchers* se deu no Chile, e que a privatização da Educação, também naquele país, apresenta resultados preocupantes. O uso dos vouchers no Chile se iniciou ainda no Governo do general Pinochet. As pesquisas sobre os vouchers nos dois países apontam para problemas na qualidade e na segregação no Ensino, e que no Brasil já existem exemplos dessa prática. Que a “Reforma” pode ter o seu caráter ideológico, mas não ético.

Em **Padronização, testes e *accountability*: a dinâmica da destruição**, Freitas (2018, 77-86) ressalta que o Brasil parece estar num caminho sem volta diante das mudanças engendradas em caráter internacional. A privatização se apoia no fato de que os órgãos de controle detonam os gestores e as redes públicas, ajudados pela mídia interna, desinformada ou tendenciosa, que exalta o caos da educação brasileira através de avaliações de caráter internacional e padronizadas, criando um senso comum favorável às reformas no Brasil. Menciona o culto das escolas à nota mais alta, central nos processos de avaliação das mesmas, que pode ser utilizado como argumento para o fechamento ou privatização de unidades escolares. Não dá suporte ao fato de algumas unidades escolares, com caráter comunitário, terem que participar de avaliações padronizadas, como, por exemplo, as escolas do campo. Essa padronização faz estabelecer padrões, através das competências e habilidades, para o século XXI, base para bases nacionais curriculares. Critica a insistência da Reforma para que a aprendizagem se dê através das disciplinas básicas. Na sua visão empresarial, a reforma não deve educar demais a mão-de-obra, para não colocar em xeque o *status quo*, o que

explica a necessidade de profissionalização no Ensino Médio, com a desculpa de que hoje ele não é atrativo para alunos. Afirma ser um engano a ideia de que os estados e as escolas terão liberdade diante da reforma de base curricular, ou seja, podendo alterá-la, já que o sistema de validação nacional está definido em cima do básico.

Em **Obstruindo a qualidade da escola pública: mais implicações éticas**, Freitas (2018, pp. 87-102), aponta que o padrão da reforma gerou efeitos negativos, entre eles, a demanda do tempo do professor para preparar os estudantes especificamente para os testes, gerou fraudes, manipulação e inflação das notas, além de um estresse entre professores, pais e alunos. E mais, ao contrário do anunciado, esta postura só fez aumentar a diferença de aprendizagem entre mais e menos favorecidos. Que nos Estados Unidos, alguns estados baixaram o nível de exigência dos testes, ou seja, uma fraude. Que naquele país ficou provado o fracasso do padrão nacional de aprendizagem, o *Common Core* (padrões da língua inglesa e matemática), e que o Brasil vai repetir a receita através da BNCC. O autor, porém, salienta haver uma diferença entre o currículo pretendido e o currículo implementado. Critica a implantação da BNCC por essa “esquecer” que no interior de cada escola há uma “política local”, dificultando a aceitação de padrões impostos verticalmente, destacando que estar alinhado não significa que haverá, necessariamente, uma qualidade do ensino. Que a padronização em cima dos conteúdos básicos, retira da escola a função de formação para a prática cidadã, só visando a melhora das pontuações nos testes através do cumprimento das competências e habilidades precisamente estabelecida.

No capítulo **Controlar o processo, precarizar o magistério**, fica evidente a crítica de Freitas (2018, pp. 103-111) à volta do tecnicismo, que também se destacou no início dos anos de 1980, precarizando os profissionais da educação. A nova face do tecnicismo que “expropria o trabalho vivo do magistério”, tem sua ênfase nas plataformas de aprendizagem. Deve ser lembrado que o livro foi lançado antes da eclosão da pandemia, quando o uso das plataformas se intensificou. Critica a possibilidade de aparecimento de programas de credenciamento de professores por meio de exames pós-formação inicial, que permite uma formação “aligeirada em agências formativas improvisadas”. Há uma desqualificação do magistério a partir desses programas alternativos, o autor chama de magistério *fast-food*. Essa desvalorização é apresentada, mercadologicamente, como se fosse uma valorização, remuneração por motivação e resultados. De novo, com ironia, o autor diz que o professor trabalhará mais com a “cabeça a prêmio”. Isto tem provocado um elevado número de abandono da carreira, por parte dos professores, nas escolas estadunidenses, o que piora a qualidade do ensino. O autor ainda destaca que no Brasil o Estado de São Paulo é o que mais utilizou e utiliza o bônus por mérito.

Em **Impactos nos estudantes: “Toda escola, seentido!”**, Freitas (2018, pp. 113-124) repete a crítica a padronização do ensino, mas agora ressalta a predisposição das escolas à competição e à concorrência, fazendo com que se gere, necessariamente, vencedores e perdedores, uma inadequação aos paradigmas da educação. Ressalta que a busca não deve ser pela “igualdade de oportunidades” e “igualdade de resultados”, e, sim, “igualdade de condições”. Destaca existir nos Estados Unidos uma abordagem escolar sob o nome “tolerância zero”, *no excuses* e sua teoria *broken Windows*, para o autor isso significa autoritarismo e mais segregação. Cita que em Porto Rico as escolas terceirizadas, *no excuses*, parecem ter sido criadas para crianças pobres e negras. As escolas segregacionistas americanas têm tido um aumento da ligação escola-prisão e, também, das suspensões e expulsões. Essa exclusão também pode ser vista como uma estratégia da educação mercadológica. No Brasil, alunos de baixo rendimento, excluídos, podem causar uma inflação nos pontos do escore do SAEB. O autor critica, também no Brasil, as escolas administradas por corporações militares, nessas os alunos usam farda, são punidos por qualquer transgressão e condecorados quando se destacam. Sugere que os gestores da educação não devem confiar nas intenções mercadológicas para proteger a privacidade dos alunos e a boa educação.

Um outro horizonte é possível: neste capítulo retoma-se a ideia da não existência do quase-mercado. As reformas estão transformando as escolas em empresas, controlando gestão e adaptando os aprendizes aos novos requisitos da atividade produtiva, “revolução 4.0”, assegurando o “status quo”. O autor, volta a carga com o conceito de darwinismo social, uma sociedade competitiva, excludente, baseada no livre mercado. Defende que a escola deva cumprir seu papel de protagonista através dos atores da sua organização interna, fortalecida pela comunidade, sendo o centro cultural e não mera reprodutora de ensino engessado. (FREITAS, 2018, pp. 125-132).

No último capítulo, **Uma proposta para a resistência**, Freitas (2018, pp. 133-144), retoma a ideia de que os testes em massa provocam a possibilidade da fraude dos resultados. Insinua e apresenta dados a respeito do fato de isto ter ocorrido com os bons resultados apresentados pelo município de Sobral (CE). A ideia da excelência do trabalho de Sobral, faz desmerecer outros centros públicos de ensino, passando a ideia de que se eles quisessem, poderiam também fazer bem-feito. Fala em manipulação engenhosa do IDEB por parte da Prefeitura de Sobral, como, por exemplo, colocando alunos com boas notas a fazerem provas em lugar de outros, ou, simplesmente adulterando notas. Tudo pelo resultado. Para o autor esse tipo de política dependerá de adesão e aí poderá estar o seu declínio, pois com o tempo, professores, pais e alunos, poderão perceber as consequências da introdução da competição no interior das escolas.

Concluindo, o autor termina elencando 20 sugestões para a resistência à reforma empresarial, apresentadas aqui resumidamente:

1. Defender exclusão da área da educação da Lei de Responsabilidade Fiscal.
2. Apoiar os dispositivos constitucionais que garantam investimentos na educação.
3. Apoiar programas progressistas que condenem os processos de privatização do serviço público.
4. Condenar os tratados internacionais que regulam ações nacionais no campo da educação.
5. Valorização da gestão democrática da educação.
6. Propor a eliminação dos testes censitários de avaliação de larga escala.
7. Diminuir o número de alunos por sala de aula.
8. Diminuir as diferenças de oportunidades.
9. Recusar os processos de antecipação das etapas da educação infantil.
10. Só aceitar as parcerias público-privadas para a construção de equipamentos públicos, e que esses permaneçam sob a administração pública.
11. Educação deve ser vista como um espaço de diversidade.
12. Lutar por condições adequadas para o magistério.
13. Democratizar as relações internas nas escolas.
14. Permitir aos pais a escolha entre o querer e não querer que seus filhos participem de avaliações censitárias.
15. Opor-se a processos de padronização da educação.
16. Lutar pela revogação da Base Nacional Comum Curricular.
17. Lutar contra a desprofissionalização do magistério.
18. Opor-se ao fechamento das escolas públicas.
19. Fiscalização do uso de medicamentos nas escolas.
20. Regular o número máximo de horas que um aluno pode se submeter às plataformas digitais.

Referência

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 160p. 2018.

Recebido em: 08 abr. 2022.
Aprovado em: 28 mai. 2022.

* **Marcus Vinicius Siqueira Dutra** é Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP), com Licenciatura em Geografia (UFJF). É Coordenador de Ensino e Professor de Geografia e Sociologia da Fundação Cave e Colégio Cave em Juiz de Fora.

E-mail: marquinhogeo66@gmail.com
